
SOBRE O FIM E A AFIRMAÇÃO DA CATEGORIA TRABALHO: UMA RETROSPECTIVA DOS DEBATES E UM ENSAIO BIBLIOGRÁFICO

Ivonaldo Leite ¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo desenvolver uma análise retrospectiva dos debates sobre o fim do trabalho. Neste sentido, metodologicamente, é feita uma revisão bibliográfica da produção sobre o tema em língua portuguesa, espanhola, francesa e inglesa. Em forma de resultados, são sumarizadas as razões que fundamentam as duas teses. Por um lado, os defensores da tese do fim do trabalho apontam, por exemplo, o colapso da teoria do valor; por outro, os seus oponentes sustentam a centralidade da teoria do valor na sociedade contemporânea. Conclusivamente, argumenta-se que a tese do fim do trabalho é revestida de uma componente ideológica.

Palavras-chave: Trabalho. Economia. Sociedade.

INTRODUÇÃO

As transformações no contexto produtivo, aliando o impulso das novas tecnologias aos processos de recomposição do padrão de acumulação, foram responsáveis por uma situação surpreendente. Estima-se, por exemplo, que países centrais produzem, contemporaneamente, entre três e quatro vezes mais do que há 35 anos, e que essa produção demanda menos horas de trabalho (LEITE, 2003). A propósito, na Inglaterra cerca de 40% da força de trabalho oficialmente reconhecida encontram-se empregados segundo um tipo ou outro de contrato não padronizado de trabalho, em ocupações de meio expediente, temporárias, ocasionais etc.

É a partir deste âmbito que se tem desenvolvido o debate sobre o que acontece com o trabalho. Ou seja, a discussão sobre o seu fim ou não, o que, de resto, é um tema caro às ciências sociais, pois a expressão *sociedade do trabalho*, utilizada por Dahredorf, como lembra Offe (1989), procura apontar uma perspectiva sociológica comum entre os autores clássicos da sociologia, uma vez que embora esse conceito não esteja nas

obras de Marx, Durkheim e Weber, o trabalho, em ambos, seria um dado social central.

Em forma de balanço, desenvolvo aqui uma abordagem do referido debate, procurando sistematizar as premissas básicas das duas teses que, pelo menos desde os anos 1980, têm estado em contenda, isto é, por um lado a formulação que aponta o fim do trabalho e, por outro, a que afirma a manutenção da sua centralidade na sociedade contemporânea.

FIM DO TRABALHO: DIFERENTES PERSPECTIVAS

Entre os autores que podem ser agrupados nesta posição há elaborações que se distinguem entre si. Por exemplo, as premissas das formulações de Gorz (1980, 1997) e Rifkin (1995) se diferenciam. Enquanto o primeiro se move, poder-se-á dizer, num terreno neomarxista ¹, a opção do último é por um liberalismo com cariz impressionista ². Talvez seja útil ter em conta ainda que sob a rubrica fim do trabalho têm sido colocados tanto os que apontam o total colapso da teoria do valor quanto os que falam em fim do trabalho no sentido de, a partir disso, encadear um projeto político que transponha a sociedade do trabalho assalariado ³, como é o caso de Gorz, que afirma ser necessário “[‘exode de la ‘société de travail’ [...]” [o êxodo da sociedade do trabalho] (GORZ, 1997, p. 11).

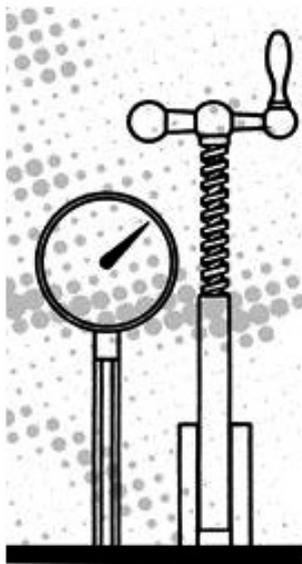
Na perspectiva que, com as devidas mediações, pode ser sumariada ao lado da de Gorz (1980, 1997), Offe (1989) e Kurz

¹ Ph.D em Ciências da Educação. Professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)/Campus do Litoral Norte e pesquisador-bolsista do CNPq na modalidade de Extensão no País, nível “C”. E-mail: ivonaldo.leite@gmail.com.

Recebido para publicação em: 01.03.2012.

*o progresso técnico-científico
teria se transformado numa
fonte independente de mais-valia
em relação àquela única fonte
considerada pelo marxismo em sua
versão clássica: a força de trabalho
do produtor imediato.*

(1992), Habermas, com o seu projeto de reconstrução da teoria crítica, fundada pela Escola de Frankfurt, diz que a ciência e a técnica se transformaram na primeira força de produção, com isso significando que desapareceram as condições de aplicação da *teoria do valor* tal qual ela foi elaborada por Marx. Isto é, o progresso técnico-científico teria se transformado numa fonte independente de mais-valia em relação àquela única fonte considerada pelo marxismo em sua versão clássica: a força de trabalho do produtor imediato. Quer dizer, a introdução da microeletrônica, da robótica, dos novos materiais de produção e de novas fontes de energia nos processos de trabalho seria responsável pelo deslocamento do trabalho como unidade dominante na produção de riqueza. Além disso, ele destaca três debilidades originais na *teoria do valor* que a impossibilitariam de explicar satisfatoriamente o que denomina *capitalismo tardio*. Vale a pena tê-las em conta.



Ele começa ressaltando, positivamente, o fato de Marx ter conseguido articular, na sua *Crítica da Economia Política*, as duas dimensões da sociabilidade humana, ou seja, *sistema e mundo de vida*. Em seguida, frisa que essa conexão o impediu de chegar a “uma separação suficientemente clara entre o nível de diferenciação sistêmica, que a modernidade implica, e as formas de classe que este nível institucionaliza” (HABERMAS, 1987, p. 481). A explicação para isso, acredita Habermas, decorre do fato de que “Marx sucumbiu diante das tentações da ideia de totalidade de Hegel e construiu

dialeticamente a unidade de sistema e mundo de vida como um todo falso” (HABERMAS, 1987, p. 480).

Daqui tem-se a primeira debilidade da teoria do valor. A referida unidade dialética entre *ação sistêmica e mundo de vida* é responsável por uma interpretação fantasmagórica da realidade capitalista, pois, conforme o entendimento habermasiano, a autonomização sistêmica do processo de produção tem o caráter de um encadeamento e, por isso, Marx estaria convencido, *a priori*, de que o capital não tem diante de si outra coisa que não a forma mistificada de uma realidade de classe. Dessa maneira, estava impedido de ver que as esferas sistêmicas, que são a economia e a moderna administração estatal, representam um nível de integração superior àquele observado nas sociedades organizadas estatalmente. Como consequência, salienta Habermas (HABERMAS, 1987, p. 480), “Marx não se dá conta de que a diferenciação do aparato estatal e da economia representa um nível mais elevado de diferenciação sistêmica, que abre novas possibilidades de controle e impõe, por sua vez, uma reorganização das velhas relações feudais de classe”.

Dessa primeira debilidade da teoria do valor é derivada a segunda debilidade, qual seja, a teoria do valor não oferece nenhuma base para um conceito de *coisificação* que permita pensar atualmente as síndromes de alienação experimentadas pelo *mundo vivido*, posto que, “com o conceito de metamorfose da força de trabalho em trabalho abstrato, o conceito de alienação perde a sua determinação” (HABERMAS, 1987, p. 482). Ou seja, o conceito de alienação “já não se refere mais aos desvios com relação a uma práxis exemplar, senão à instrumentalização de uma vida representada com fim em si mesma” (HABERMAS, 1987, p. 482). O mesmo é dizer, segundo a compreensão habermasiana, que, por Marx ter reduzido as esferas da vida humana à dimensão sistêmica, ele não pôde perceber outras formas de alienação.

Na sequência disso, tem-se a terceira debilidade da teoria do valor, isto é, o fato de esta teoria radicar numa sobrevalorização de um caso especial de *subsunção do mundo de vida aos imperativos sistêmicos*, pelo que Marx não conseguiu perceber outras formas de *fetichização* e, assim, outras mazelas de que padecem as sociedades contemporâneas. Contudo, a despeito disso Habermas reconhece que ele foi capaz de perceber o primado evolutivo da economia.

Levando mais adiante a sua análise sobre os fenômenos do capitalismo contemporâneo, afirma que a intervenção estatal pôs abaixo a clássica separação entre *estrutura e superestrutura*, de modo que a política não pode mais ser vista apenas como algo superestrutural. Como decorrência, “se a sociedade já é autônoma, se já não se mantém se autorregulando, como uma esfera que precede e subjaz ao Estado, o Estado e a sociedade já não se encontram na relação que a teoria de Marx definira como uma relação entre base e superestrutura” (HABERMAS, 1987, p. 68).

Estando, como entende Habermas, a economia e o Estado interligados, então a crítica não pode ser unicamente uma crítica econômica. Salienta que:

Se assim é, já não pode também desenvolver-se uma teoria crítica da sociedade na forma exclusiva de uma crítica da economia política. Um tipo de análise que isola metodologicamente as leis do movimento econômico da sociedade só pode pretender captar nas suas categorias essenciais o contexto da vida social quando a política depende da base econômica e não, inversamente, quando essa base se deve considerar já como função da atividade do Estado e de conflitos decididos na esfera do político (HABERMAS, 1987, p. 68).

Dessa forma, a tese habermasiana sustenta que os conflitos entre capital e trabalho ganham uma dimensão política, donde não podem mais ser vistos como “conflitos privados”, tendo-se então o esgotamento da teoria do valor, posto que ela tinha como objetivo central colocar a descoberto o segredo da produção de mais-valia. Por ser assim, entende-se que a politização das classes sociais tem como contrapartida a desmercantilização da força de trabalho, visto que os salários passam a ser determinados por critérios políticos, e não exclusivamente econômicos. Isto é, a força socializadora do trabalho é posta em causa.

Claus Offe, por sua vez, ao formular a sua tese sobre a perda da centralidade do trabalho, inicialmente detém-se mais num fato observável na pesquisa sociológica contemporânea alemã do que propriamente numa investigação específica sobre o mundo do trabalho. A partir de tal postura, ele infere que, na pesquisa sociológica, o trabalho não é mais considerado a categoria central de inteligibilidade da realidade social, como ocorria no pensamento sociológico clássico (OFFE, 1989). Daqui, Offe indaga se isso é uma questão puramente conjuntural, ou seja, um fato de pesquisa que apontaria para um engano ou se, antes, a pesquisa é assim por corresponder a uma tendência da própria realidade social. A sua resposta vai em direção a esta segunda alternativa.



do ponto de vista subjetivo, o trabalho perdeu a centralidade que ele possuía na organização da existência pessoal, ou seja, a determinação do estilo de vida e da consciência



Segundo o seu entendimento, a multiplicidade das formas de trabalho atualmente desfaz a sua unidade⁴. O crescente setor de serviços, conforme a tese offeana, constitui-se num corpo estranho à racionalidade do trabalho que, embora não sendo totalmente emancipado dela, não é, contudo, internamente

estruturado por ela, mas só externamente limitado. Pelo que dificilmente seria possível interpretar o trabalho no setor de serviços de acordo com o modelo da “totalização” da racionalidade do trabalho, na perspectiva da produção técnico-organizacional e economicamente eficiente de mercadorias através do trabalhador assalariado. Esta distância estaria a fazer dessa nova classe de trabalhadores o lugar da emergência de valores e posturas que questionam a *sociedade do trabalho* e seus critérios de racionalidade (produtividade, crescimento etc.), tendo-se então que, se há uma duplicidade de trabalhos marcados por racionalidades diferentes, o conceito de trabalho perde a sua univocidade e, conseqüentemente, o seu lugar central como categoria suprema na explicação da sociedade humana.

Offe assinala ainda que, do ponto de vista subjetivo, o trabalho perdeu a centralidade que ele possuía na organização da existência pessoal, ou seja, a determinação do estilo de vida e da consciência – na medida em que ele fornecia orientações e motivações para o *agir* –, visto que, em seu entendimento, existe hoje uma descentralização do trabalho em relação a outros campos da vida de tal modo que o trabalho começa a ser situado na periferia da biografia. Na seqüência da sua argumentação realça que, com a destruição dos ambientes homogêneos organizados conforme as categorias de trabalho e profissão, hoje em dia é praticamente impossível construir uma *unidade de vida*, portadora de sentido, a partir do trabalho. Isso porque, primeiro, enfatiza ele, uma continuidade biográfica de formação profissional e do exercício da profissão se apresenta no presente como uma exceção; e, segundo, porque está secularmente decrescendo a participação do trabalho no tempo de vida, emergindo ao lado dele um tempo livre que traz experiências, orientações e necessidades diferentes das provenientes da esfera do trabalho.

Apesar de poder ser relacionado ao lado de Offe, Kurz, Habermas e Gorz, Adam Schaff desenvolve uma tese sobre o *fim do trabalho* que o diferencia. No seu famoso *Sociedade Informática*, ressalva que o trabalho enquanto dimensão estruturante da vida não se extingue, assumindo que fala em *fim do trabalho* no sentido da sua forma abstrata, isto é, assalariada⁵. Expressamente, diz que o tipo de trabalho em crise é:

O trabalho que consiste no emprego da própria capacidade em troca de um determinado salário ou equivalente sob a forma do preço recebido pelo fruto do trabalho de alguém. [...] Para evitar erros de interpretação, devemos salientar que a eliminação do trabalho (no sentido tradicional da palavra) não significa o desaparecimento da atividade humana, que pode adquirir as formas das mais diversas ocupações⁶ (SCHAFF, 1990, p. 42).

Considera que o que caracteriza a reestruturação produtiva é o fato de que a automação e a robótica provocam um grande incremento da produtividade, reduzindo a demanda de trabalho humano, o que, em seu entendimento, constitui um problema suprassistêmico. Tem-se assim, continua, que o fato fundamental dos dias atuais é que o trabalho manual extingue-se como fenômeno socioeconômico, ou seja, muitos perdem a possibilidade de trabalhar não por algum tipo de perturbação passageira no sistema produtivo, mas simplesmente pela substituição do trabalho por

autômatos e robôs, de tal forma que ele se torna praticamente supérfluo.

No entanto, Schaff destaca que isso não aponta para a total extinção do trabalho, na medida em que todos os ramos do trabalho criativo permanecerão e serão desenvolvidos quantitativamente, devendo considerar-se ainda que as profissões ligadas à organização da vida social não podem ser realizadas por autômatos – o que vale também para a investigação das necessidades sociais e sua satisfação, para a educação, o transporte, preservação ecológica etc.

Sobre a elaboração de Jeremy Rifkin (1995) a respeito do fim do trabalho, pode-se dizer que enquanto as que estivemos a abordar primam pela articulação conceitual, a sua perspectiva é marcadamente caracterizada pelo impressionismo, o que se reflete, aliás, no próprio título da sua obra sobre o assunto: *The end of the work: the decline of the global labor force and the dawn of the post-market era* (numa tradição direta, *O Fim do Trabalho: o declínio da força de trabalho global e o alvorecer da era pós-mercado*).

Para Rifkin, o século XXI consolidará uma confluência entre informática e genética, constituindo um único campo, que denomina como sendo o da *bio-informática e da genômica*. É a partir disso que ele diz que o nosso tempo é o tempo de uma economia sem trabalho. Embora reconheça que o progresso tecnológico cria novos postos de trabalho que podem substituir os extintos, afirma que essa substituição é muito parcial e gera novas distorções, pois a nova economia não tem necessidade de mão de obra intensiva (RIFKIN, 1995).

As premissas da sua formulação o levam a sustentar, por exemplo, que, no setor alimentício, começaremos a ver culturas de tecidos vegetais e não vegetais plantados na terra; que os microorganismos tomarão o lugar dos agricultores; que, na indústria mineira, os genes atuarão como microorganismos para extrair os metais raros dos minerais brutos; e que as fábricas serão completamente automatizadas, sendo geridas apenas por uns poucos *white collars* (RIFKIN, 1995).

TESES CONTRA TESE: QUATRO ARGUMENTOS ACERCA DA PREVALÊNCIA DA CENTRALIDADE DO TRABALHO

Inúmeros autores têm recusado – alguns com veemência – as teses sobre o fim do trabalho. Definindo uma amostra dos mesmos, podem ser citados: Castells (1999), Thomas (1988, 1994, 1998), Frigotto (1996, 1998), Teixeira (1996), Antunes (1997), Schnapper (1997) e Manacorda (1984). Com contundência, Castells, por exemplo, afirma que é, no mínimo, surpreendente o crédito que se dá a determinados livros que anunciam o fim do trabalho, acentuando que, de fato, ocorrem transformações, mas que “o trabalho é, e será num futuro previsível, o núcleo da vida das pessoas” (CASTELLS, 1999, p. 439).



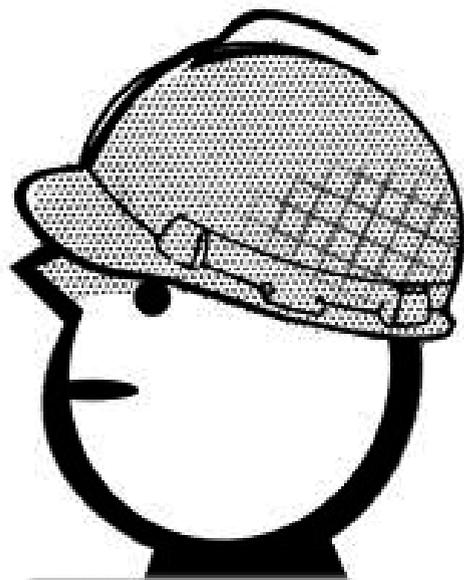
o nosso tempo é o tempo de uma economia sem trabalho.

É possível delinear quatro argumentos a partir dos quais se afirma a prevalência da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea.

O primeiro é que esta tese reflete uma compreensão eurocêntrica. Ou seja, é formulada tendo como referência apenas *países centrais* (e também apenas alguns fenômenos verificados nos mesmos), descon-

siderando todas as particularidades dos países *semiperiféricos e periféricos*. Dessa forma, entende-se que ela não tem em atenção “a questão da divisão internacional do trabalho, centrando-se numa perspectiva eurocêntrica” (FRIGOTTO, 1996, p. 119). Realça-se que supor a *total generalização* de determinadas (e incipientes) tendências verificadas naqueles países, como a *completa robotização*, seria um enorme despropósito e acarretaria como consequência inevitável a destruição da própria economia de mercado, dada a incapacidade de integralização do processo de acumulação de capital. Lembrando o que foi afirmado pelo economista Ernst Mandel, trata-se de entender que não sendo nem consumidores, nem assalariados, os robôs não poderiam participar do mercado, pelo que a simples sobrevivência da economia capitalista seria posta em causa (MANDEL, 1986).

O segundo argumento é que a tese sobre o fim do trabalho não tem *sustentação empírica*. Neste ponto, Frigotto (1996, p. 114) caracteriza as análises de Offe como problemáticas, afirmando que elas “são bastante frágeis no plano dos dados empíricos-históricos, dentro da ótica que assume”. E enfatiza: “mesmo se nos fixarmos numa visão eurocêntrica, nada parece indicar que, para as grandes massas trabalhadoras, o trabalho entendido como emprego, venda da força de trabalho, esteja ausente como algo fundamental *do espaço vital, do modo de vida, do cotidiano*” (FRIGOTTO, 1996, p. 114, grifo do autor). Tendo em conta o fato de Offe (1989) criticar as perspectivas da luta pelo pleno emprego



como algo que se afasta das lutas originais da classe trabalhadora contra o “salário-emprego”, e a defesa que o mesmo faz do trabalho cooperativo, Frigotto destaca que ele “contradiz duplamente a tese de que o trabalho já não ocupa o espaço vital dos trabalhadores, primeiro admitindo que existe uma luta pelo ‘salário-trabalho’, segundo porque a alternativa do trabalho cooperativo [...] também é trabalho” (FRIGOTTO, 1996, p. 114).

Refere-se como extremamente paradoxal que se fale em fim do trabalho numa altura em que, crescentemente, imensos e sucessivos contingentes de imigrantes, cruzando países, são empregados em condições degradadas e sem segurança social. Nesse sentido, o autor aludido assinala que, em 1961, os imigrantes representavam apenas 1,2% da população da Alemanha, tendo tal percentagem passado a ser de 8% na segunda metade da década de 1990; o que se traduziu, por exemplo, em 1987, na solicitação de ingresso no país de 57 mil estrangeiros, tendo este número passado para 438 mil em 1992⁷ (FRIGOTTO, 1996).

O terceiro argumento evidencia a distinção entre **trabalho concreto e trabalho abstrato**, e sugere que a tese sobre o fim do trabalho é problemática a este respeito na medida em que, entre os seus defensores, há tanto os que não a captam quanto os que apontam o desaparecimento do trabalho em dimensões diferentes.

Apoiando-se no *Sociologia da Vida Quotidiana*, de Agnes Heller (1977), e tendo presente as palavras inglesas *work* e *labour* – tal qual elas são referidas por Hannah Arendt (1958) –, afirma Ricardo Antunes: “Cremos que sem a devida incorporação desta distinção entre *trabalho concreto* e *abstrato*, quando se diz *adeus ao trabalho*, comete-se um forte equívoco analítico, pois considera-se de maneira uma um fenômeno que tem *dupla dimensão*” (ANTUNES, 1997, p. 79). Isto é, na sequência da utilização das duas palavras inglesas entende-se que a *dimensão concreta* corresponde ao trabalho enquanto *work*, responsável pelo intercâmbio social entre os seres humanos e a natureza – sendo eles próprios parte da natureza –, fonte de criação de coisas imediatamente necessárias à sua existência; e a *dimensão abstrata* tem correspondência em *labour*, significando o esforço para a produção de mercadorias sob o regime de assalariamento⁸. Assim, acentua o autor:

O trabalho entendido enquanto *work* expressa então uma atividade genérico-social que transcende a vida quotidiana. É a dimensão voltada para a produção de valores de uso. É o momento de prevalência do trabalho concreto. Em contrapartida, o *labour* exprime a realização da atividade quotidiana que, sob o capitalismo, assume a forma de atividade estranhada, fetichizada. A desconsideração desta dupla dimensão presente no trabalho possibilita que a crise da sociedade do trabalho abstrato seja entendida equivocadamente como a crise do trabalho concreto (ANTUNES, 1997, p. 79-80).

O quarto argumento afirma a validade da teoria do valor na contemporaneidade. Aqui, de início, assinala-se que:

Ao contrário daqueles autores que defendem a perda da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea, as tendências em curso, quer em direção a uma maior intelectualização do trabalho fabril ou ao incremento do trabalho qualificado, quer em direção à desqualificação ou à sua subproletarização, não permitem concluir pela perda desta centralidade no universo de uma sociedade produtora de mercadorias

● ● ●

o trabalho abstrato continua a cumprir um papel decisivo na criação de valores de troca.

(ANTUNES, 1997, p. 75).

Trata-se, dessa forma, de ter em conta que, ainda que presenciando uma redução quantitativa – com repercussões qualitativas – no mundo produtivo, o *trabalho abstrato* continua a cumprir um papel decisivo na criação de *valores de troca*. Ou seja, continua de pé o princípio segundo o qual “a diminuição do fator subjetivo do processo de produção em relação aos seus fatores objetivos ou o aumento do capital constante em relação ao capital variável reduz relativamente, mas não elimina, o papel do trabalho coletivo na produção de valores de troca”. Sendo assim, Antunes defende a validade da teoria do valor da seguinte forma:

Os produtos criados pela Toyota, Benetton ou Volvo, por exemplo, não são outra coisa senão *mercadoria* que resultam da interação entre *trabalho vivo* e *trabalho morto*, capital variável e capital constante. Mesmo num processo produtivo tecnologicamente avançado (onde se pudesse presenciar o predomínio de atividades mais intelectualizadas, mais qualificadas), ainda assim a criação de valores de troca seria resultado dessa articulação entre os trabalhos *vivo* e *morto*. Parece difícil imaginar diferentemente quando se considera o sistema produtor de mercadorias em escala global. A redução do tempo físico de trabalho no processo produtivo, bem como a redução do trabalho manual direto e a ampliação do trabalho mais intelectualizado, *não negam a lei do valor, quando se considera a totalidade do trabalho, a capacidade de trabalho socialmente combinada, o trabalhador coletivo* como expressão de múltiplas *atividades combinadas* (ANTUNES, 1997, p. 75-76, grifos do autor).

No mesmo sentido, Teixeira (1996) desenvolve uma análise que, a um só tempo, põe em realce premissas fundamentais da teoria do valor, foca a reestruturação produtiva – detendo-se em suas particularidades empíricas – e examina-supera formulações dos autores defensores da tese do fim do trabalho.

Ele começa por reconhecer que as grandes unidades de capital transformaram o *layout* de suas estruturas produtivas numa espécie de gigantesco “esqueleto mecânico”, sendo possível caminhar por suas vértebras sem encontrar uma alma viva, mas o domínio tecnológico, onde tal situação se apóia, enfatiza, “não dispensou o trabalho vivo como fonte produtora de valor e de mais valia” (TEIXEIRA, 1996, p. 69). E explica a razão disso:

Embora esse esqueleto possa se automovimentar, tenha nele mesmo a fonte de seu movimento mecânico, ele, contudo, precisa de uma fonte “externa” [grifo do autor] que o alimenta. A subcontratação é essa fonte. As grandes corporações contam hoje com uma rede de pequenas e microempresas, espalhadas ao seu redor, que têm como tarefa fornecer os *inputs* necessários para serem transformados em *outputs* por aquele

monstro mecânico. Além disso, essas grandes unidades de produção contam com um enorme contingente de trabalhadores domésticos, artesanais, familiares, que funcionam como peças centrais dentro dessa cadeia de subcontratação. Constituem-se todos em fornecedores de trabalho ‘materializado’, porque, agora, a compra e a venda da força de trabalho são veladas sob o véu da compra e venda de mercadorias semielaboradas. Mas isto está longe de constituir o fim do trabalho abstrato, enquanto forma de estruturação e socialização dos trabalhos privados. Ao contrário, trata-se de uma forma que levou às últimas conseqüências o trabalho abstrato, como forma específica e particular de produção de valor e de mais-valia (TEIXEIRA, 1996, p. 69-70).

Como efeito, sublinha que esses novos trabalhadores, metamorfoseados em vendedores de trabalho objetivado, porque não mais fazem parte da estrutura interna da empresa, são obrigados a fazer do seu *trabalho pessoal* a razão do seu sucesso como produtores de mercadorias. Isso quer significar que, como a sua “capacidade empresarial” depende diretamente do seu esforço pessoal – do seu próprio trabalho –, sua atividade, mais do que nunca, é para eles um meio que lhes permite existir: têm que trabalhar para viver, e assim o trabalho assalariado invade-lhes todo o cotidiano. Conforme o autor em foco:

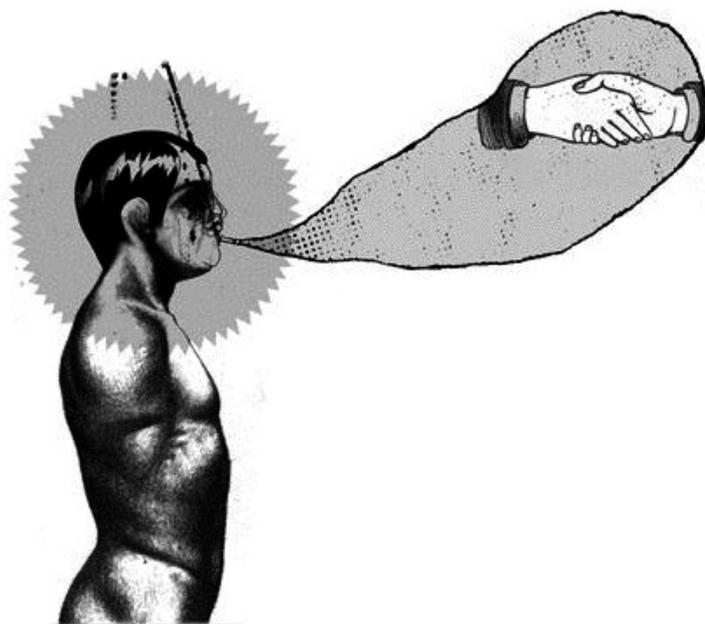
Levando mais longe essa radicalização do trabalho abstrato na realidade contemporânea, descobre-se que essa nova estruturação potencializa enormemente a exploração da mais-valia. Isso pode ser demonstrado quando se analisam as peculiaridades características das novas formas de pagamento. Quais são [...] as peculiaridades dessa nova forma de pagamento? Diferentemente do salário por tempo, do salário negociado e estabelecido no contrato de trabalho, a receita dos trabalhadores ‘vendedores de trabalho objetivado’, ao contrário, depende do *quantum* de mercadorias que eles fornecem às unidades finais de produção. O valor do seu dia de trabalho mede-se pelo trabalho despendido pelo número de unidades que produziram. Seu salário é, portanto, determinado por sua capacidade de produção por unidade de tempo. [...] Nessa nova forma, o trabalhador torna-se, ele próprio, uma fonte potencializada de autoexploração. Visto que seu salário depende da quantidade de mercadorias produzidas por unidade de tempo, é de seu interesse

● ● ●

*esses novos trabalhadores,
metamorfoseados em vendedores de
trabalho objetivado, porque não mais
fazem parte da estrutura interna
da empresa, são obrigados a fazer
do seu trabalho pessoal a razão
do seu sucesso como produtores de
mercadoria.*

aplicar sua força de trabalho o mais intensamente possível. Do mesmo modo, é interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, pois com isso sobe seu salário diário ou semanal. [...] Apesar dessa potencialização do processo de exploração, a nova forma de estruturação do trabalho abstrato se revela como um verdadeiro reino de liberdade, prosperidade e igualdade. O trabalhador se sente mais livre, porque agora não está mais preso a um sistema hierarquicamente organizado de exploração e opressão. [...] Ele se sente patrão de si mesmo (TEIXEIRA, 1996, p. 70-71).

Por ser assim, entende Teixeira, essa nova forma de organização do trabalho repõe também em novas bases as leis de circulação de mercadorias. Quer dizer, se antes essa esfera se



apresentava como o “reino ideal” de compra e venda da força de trabalho, agora ela se torna mais do que isso, posto que os parceiros dessa relação (o *homem de negócio* e o *trabalhador*) foram transformados em vendedores de mercadorias propriamente ditas. Tem-se que o trabalhador não se confronta mais com o capitalista como um mero vendedor de capacidade de trabalho; não entra mais no mercado de mãos vazias, mas, sim, traz uma mercadoria que foi produzida antes de ingressar na esfera da circulação. Por conta disso, apagam-se todas as diferenças entre os parceiros da troca, que passam a se reconhecer apenas como comerciantes.

De acordo com essa perspectiva, isso significa mais. A exploração, que podia ser sentida quando do consumo da força de trabalho pelo *homem de negócio*, perdeu sua base tangível, pois o trabalhador não caminha mais atrás do seu comprador, com este o conduzindo ao local da produção. As coisas se passam, agora, de modo diferente: o trabalhador e o *homem de negócio* se encontram e se separam na circulação, no mercado; confrontam-se como simples comerciantes, e não mais na condição de representantes de interesses antagônicos. Tal situação leva Teixeira a descrever da formulação de Habermas sobre a teoria do valor:



*o trabalhador e o homem de negócio
se encontram e se separam na
circulação, no mercado; confrontam-
se como simples comerciantes, e não
mais na condição de representantes
de interesses antagônicos*

Essa reposição das leis da circulação simples reforça a ideologia da troca de equivalentes como guardiã veladora da igualdade dos proprietários de mercadorias. Ao contrário do que pensa Habermas, portanto, o segredo da produção da mais-valia não foi desvendado. Esse segredo está velado ainda, porque agora ele se esconde sob a ilusão de uma *sociedade de produtores independentes de mercadorias*, uma sociedade de vendedores de trabalho materializado. Uma sociedade sem vendedores de força de trabalho, posto que o contrato de compra e venda da força de trabalho está se metamorfoseando num contrato de fornecimento de mercadorias (TEIXEIRA, 1996, p. 73, grifo do autor).

Desse modo, Teixeira conclui que o capitalismo atual não é o mesmo capitalismo do século XIX ou aquele que vigorou no período que vai do pós-Segunda Guerra até ao início da década

de 1970, visto que hoje “o capital revolucionou sua estrutura produtiva ao ponto de tornar o trabalho vivo evanescente dentro da estrutura produtiva da empresa” (TEIXEIRA, 1996, p. 73).

À GUIA DE CONCLUSÃO

Neste ensaio, procurei realizar uma incursão retrospectiva acerca do debate sobre o fim do trabalho, passando em revista as formulações de autores que apontam a perda da sua centralidade e dos que a negam. Da ilação central daí decorrente, pode-se concluir que as elaborações em torno do fim do trabalho tendem a abrigar uma forte dimensão ideológica, mesmo que esta, por vezes, não seja, em princípio, a inclinação paradigmática de um determinado autor. O fato, contudo, é que uma questão que emerge rente à ideologia tende a nela mergulhar, mesmo que se apresente com a pretensão de alçar-se a construto teórico-conceitual.

Todavia, a história é dinâmica e não se coaduna com a marca definidora da ideologia: o enviesamento dos fatos para que, produzindo-se o êxtase alienante, se inverta enganosamente a compreensão da realidade e consolide-se a crença de perpetuidade do presente, afirmando-se que nada muda. Mais cedo ou mais tarde, a dialética histórica produz processos e movimentos que estilhaçam as bases da manipulação ideológica.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1997.
- ARENDT, Hannah. **The human condition**. Chicago: University of Chicago Press, 1958.
- CASTELLS, Manuel. **The information age: economy, society and culture**. Massachusetts: Blackwell Publishers, 1999.
- CORREIA, José Alberto. **Para uma teoria crítica da educação**. Porto: Porto Ed., 1998.
- DRUCKER, Peter. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1993.
- ECO, Umberto. **O nome da rosa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1996.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- GORZ, André. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense, 1980.
- GORZ, André. **Misères du présent, richesse du possible**. Paris: Débats, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa: crítica de la razón funcionalista**. Madri: Taurus, 1987. v. 2.

HELLER, Agnes. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona: Península, 1977.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

LEITE, Ivonaldo. **Sindicatos, trabalho e educação: um estudo do posicionamento do sindicalismo docente brasileiro e português durante a década de 1990**. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, 2003.

MANACORDA, Paola. **Lavoro e intelligenza nell'età micro-elettronica**. Milão: Presenze/Feltrineli, 1984.

MANDEL, Ernst. **Marx: la crise actuelle et l'avenir du travail humain**. **Quatrième Internationale**, Bruxelas, n. 20, 1986.

MARX, Karl. **O capital: livro 1**. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. v. 1.

MELO NETO, José Francisco de. **O conceito de trabalho em Marx**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba/CCHLA, 1997. (Cadernos de textos).

NOSELLA, Paolo. **Trabalho e educação**. In: GOMEZ, Minayo Carlos et al. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, 1995.

OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais para o futuro da sociedade do trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PETITAT, André. **Production de l'école: production de la société**. Genebra: Droz, 1982.

RIFKIN, Jeremy. **The end of the work: the decline of the global labor force and the dawn of the post-market era**. Nova York: Putnam's Sons, 1995.

SCHAFF, Adam. **Sociedade informática**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SCHNAPPER, Dominique. **Contre le fin du travail**. Paris: Éditions Textuel, 1997.

TEIXEIRA, José S. Francisco. **Modernidade e crise: reestruturação capitalista ou fim do capitalismo**. In: TEIXEIRA, José Francisco; OLIVEIRA, Manfredo Araújo (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

THOMAS, Tom. **Crise technique et temps de travail**. Paris: Édition de l'Auteur, 1988.

THOMAS, Tom. **Partager le travail, c'est changer le travail**. Paris: Albatroz, 1994.

THOMAS, Tom. **Ni fin du travail, ni travail sans fins: une critique de la pensée unique sur le travail**. Paris: Editions Onciale, 1998.

NOTAS

¹ Nascido na Áustria e radicado na França após a Segunda Guerra Mundial, André Gorz concentrou os seus escritos na análise das contradições da sociedade capitalista e da transição ao socialismo. Uma das principais premissas de Gorz é que o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo se deu de modo a impedir uma apropriação coletiva por parte da classe trabalhadora. A superação do capitalismo, sua negação em nome de uma racionalidade diferente, só poderia resultar da ação de camadas que representam ou prefiguram a dissolução de todas as classes, inclusive da classe trabalhadora. Por essa via, chega-se ao tema central do seu Adeus ao Proletariado, ou seja, a abolição do trabalho. De acordo com Gorz, esse termo sintetiza um processo em curso, e em rápida aceleração, nos países mais industrializados da Europa Ocidental. Neles, estaria a ocorrer a ampliação do espaço de liberdade, do tempo livre, destinado a atividades autônomas, a partir da redução progressiva da necessidade de trabalhar para comprar o direito à vida (GORZ, 1980, 1997).

² Embora Gorz coloque em evidência aspectos da formulação de Rifkin, ele próprio frisa que “*sa manière [...] n'est pas la mienne [...]*” [sua maneira não é a minha].

³ Bem como também os que utilizam a terminologia de modo relativo, ou seja, aludindo-a como forma de colocar em relevo o deslocamento do trabalho na sociedade contemporânea, no sentido de perda da sua centralidade.

⁴ Que, como ele entende, era fundamentada em cinco razões: 1) a dependência de remuneração da força de trabalho; 2) a submissão da unidade ao controle de relações de trabalho empresarialmente organizadas; 3) O perigo permanente de perder as chances de remuneração; 4) o efeito de unificação derivado da existência de grandes associações sócio-políticas, como o sindicato único; 5) a teoria do valor, que considerava o trabalho a única fonte de toda a riqueza e da cultura, produzindo um fundamento unitário para autoconsciência do trabalho, o orgulho de ser trabalhador.

⁵ A formulação de Schaff remete-nos para a história, com o realce de que a ideia de trabalho não é uma concepção homogênea. Por exemplo, o trabalho humano, nas sociedades escravistas clássicas (Grécia e Roma) e no feudalismo, está inserido em sistemas econômicos em que a terra é a dimensão do poder sociopolítico das classes aristocráticas, em que a afirmação de que os seres humanos são por natureza desiguais é tida como racional, logo “o trabalho humano só podia ser concebido como um estigma fatal ou castigo”. Em outras palavras, o trabalho só poderia ser mesmo *tripalium* (três paus), ou seja, um verdadeiro instrumento de tortura (NOSELLA, 1995, p. 30). O trabalhador, o escravo, o servo eram apenas peças de engrenagem “naturais”; eram pertences da terra, ficavam imóveis num espaço místico até a “dissolução desses corpos consumidos no *tripalium* da sobrevivência e, assim, fantasiosamente, as almas voavam pelos ares ou pelos céus da metafísica (NOSELLA, 1995, p. 30). Felicidade, liberdade, criatividade, amor e festa eram palavras conhecidas, mas para o trabalhador, escravo ou servo eram apenas concessões toleradas, formas de vida que se expressavam furtivamente nas frestas do tempo social. Aliás, a esse respeito Umberto Eco (1983), em seu *O Nome da Rosa*, procede de maneira imaginosa, mas historicamente significativa, quando retrata, por exemplo, a conversa na biblioteca entre o velho monge e Guilherme. Pergunta Guilherme: “Mas o que o assustou nesse discurso [de Aristóteles] sobre o riso? Não elimina o riso, eliminando o livro”.

⁶ Isto é, trata-se de entender que a noção de trabalho não se reduz a emprego. Aqui, novamente, é importante ter em conta o foco da história. A partir dos séculos XVII/XVIII, as máquinas revolucionaram a esfera produtiva. Uma nova forma de trabalho, o “labor”, libertou o trabalhador “do antigo *tripalium*, isto é, soltou-o desse instrumento de tortura, colocando-o no mercado de trabalho, onde poderá dispor de sua força de trabalho para comerciá-la com um capitalista, em troca de um salário” (NOSELLA, 1995, p. 30). A instituição do trabalho como uma esfera autônoma da vida social é, portanto, algo com uma relatividade histórica recente. A revalorização social do trabalho, responsável pela fundação de uma ética do trabalho, foi acompanhada, entre outras coisas, pela perseguição aos que se “relacionavam negativamente” com

ele, encarcerando-se os mendigos em hospícios e hospitais que dissimulavam ateliês e manufaturas (PETITAT, 1982). A relação trabalho & emprego é um produto da industrialização, consumada no século XX. “Só no século XX e na sequência da generalização da contratação coletiva é que a palavra desempregado passa a designar o trabalhador que já não é porque perdeu o seu vínculo jurídico ao emprego; só no século XX é que trabalho e emprego estabelecem uma ligação indissociável” (CORREIA, 1998, p. 156).

⁷ Isso levou o Parlamento Alemão, realça o autor em referência, a aprovar uma “lei restringindo a entrada de estrangeiros no País [...], para frear um processo que já teve mão invertida: a Alemanha, no final do século passado [século XIX], fomentava a saída de seus cidadãos em busca de novas terras, [e] após a Segunda Guerra Mundial buscou atrair estrangeiros para os trabalhos sem exigência de qualificação” (FRIGOTTO, 1996, p. 24). Ainda em apoio ao segundo argumento, são convocadas alegações segundo as quais são confundidas as mudanças do conteúdo e da organização do trabalho com o seu fim, desconhecendo-se que o que rege as atividades precárias e a tempo parcial, por exemplo, é a lógica do trabalho assalariado. Além disso, frisa-se, abona-se o “fetichismo tecnológico”, que concebe a tecnologia como variável independente e, ao mesmo tempo, promove o pressuposto de que as máquinas incorporam todo o trabalho entendido como instrumento de satisfação das necessidades humanas, o que implica, em última instância, conforme Paola Manacorda, supor que as necessidades humanas, e o trabalho para satisfazê-las, são quantidades finitas; todavia, tem-se que o trabalho, enquanto processo de criação do ser humano e de satisfação das suas necessidades, não pode ser considerado finito, não havendo, portanto, um limite teórico das necessidades do ser humano e das suas atividades (MANACORDA, 1984).

⁸ A origem de tal categorização está em Marx, conforme ela aparece no Livro 1, Vol. 1, de O Capital: “Todo o trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo o trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso” (MARX, 1971, p. 54). Certamente a crítica do terceiro argumento não atinge, entre outros, autores como Habermas, Offe e Gorz. A propósito do conceito de trabalho em Marx, um pertinente texto foi produzido por Melo Neto (1997). Ele visita as fontes originais e, nos Manuscritos, identifica a evolução do conceito; a partir de A Ideologia Alemã, caracteriza a divisão do trabalho; e, de modo mais elaborado, tendo como referência *O Capital*, realiza a caracterização do processo de trabalho.

⁹ De resto, registre-se a confluência que há entre a tese sobre o fim do trabalho, no sentido do colapso da teoria do valor, e o enfoque econômico de feição neoclássica. Contudo, sublinhamos, indo noutra direção, convergindo abordagens econômicas e sociológicas – sob a luz da historicidade –, que é possível entender “certas” razões de alguns que falam em “fim do trabalho”, de modo que se possa pôr formulações suas em combinação com formulações dos defensores da sua continuidade. Entendamo-nos: o fato é que muitos dos que olham para a contemporaneidade e vêem nela a continuidade do trabalho abstrato (como Antunes, Frigotto e Thomas) também o criticam e defendem a sua ultrapassagem, só que numa perspectiva que supõe a superação do

sistema produtor de mercadorias, extinguindo as relações regidas pela pura lógica do assalariamento. Como admite o próprio Antunes, trata-se de uma posição que “critica a sociedade do trabalho abstrato pelo fato de que este assume a forma de trabalho estranhado, *fetichizado* e, portanto, desrealizador e desefetivador da atividade humana autônoma. [...] Nesta concepção, recusa-se agudamente o culto do trabalho assalariado (ANTUNES, 1997, p. 77-78).

ABSTRACT

Ironaldo Leite. On the order and the affirmation of Work : a retrospective of debates and a bibliographic essay.

This paper makes a retrospective analysis of debates about the End of Work. Therefore, in terms of methodology, it comprises a bibliographical review of papers in Portuguese, Spanish, French and English on that subject. The outcome summarizes the reasoning that lays the foundations for both hypotheses in question. On the one hand, defenders of the End of Work proposal point out the collapse of the theory of value. On the other hand, the opponents of the End of Work proposal affirm the centrality of the theory of value in contemporary society. In conclusion, the ideological dimension of the End of Work view is argued.

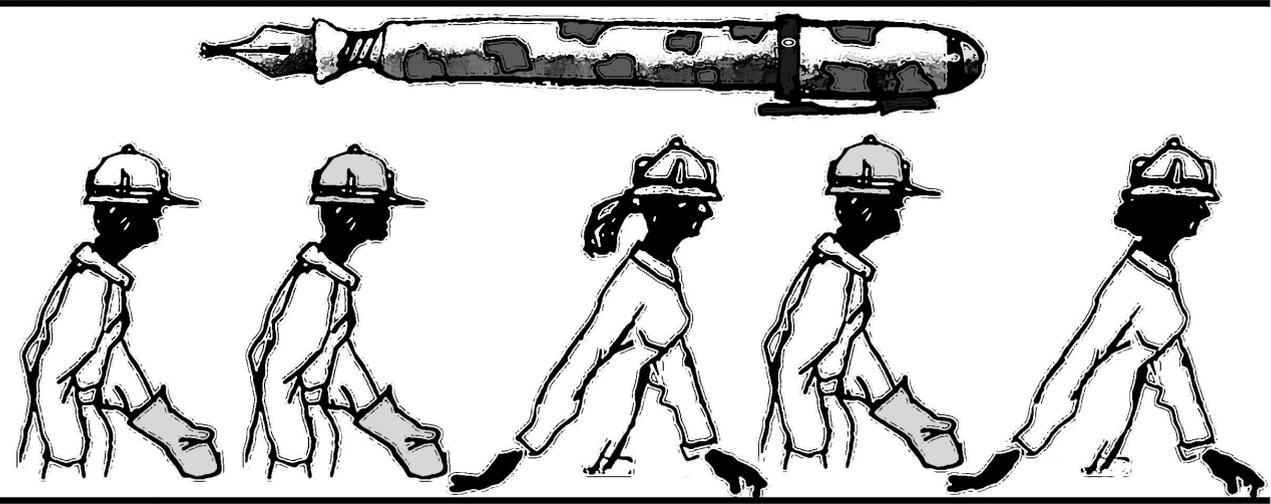
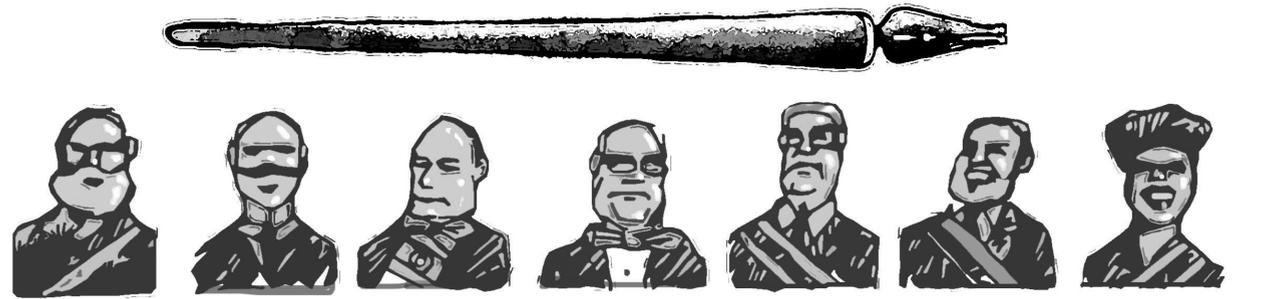
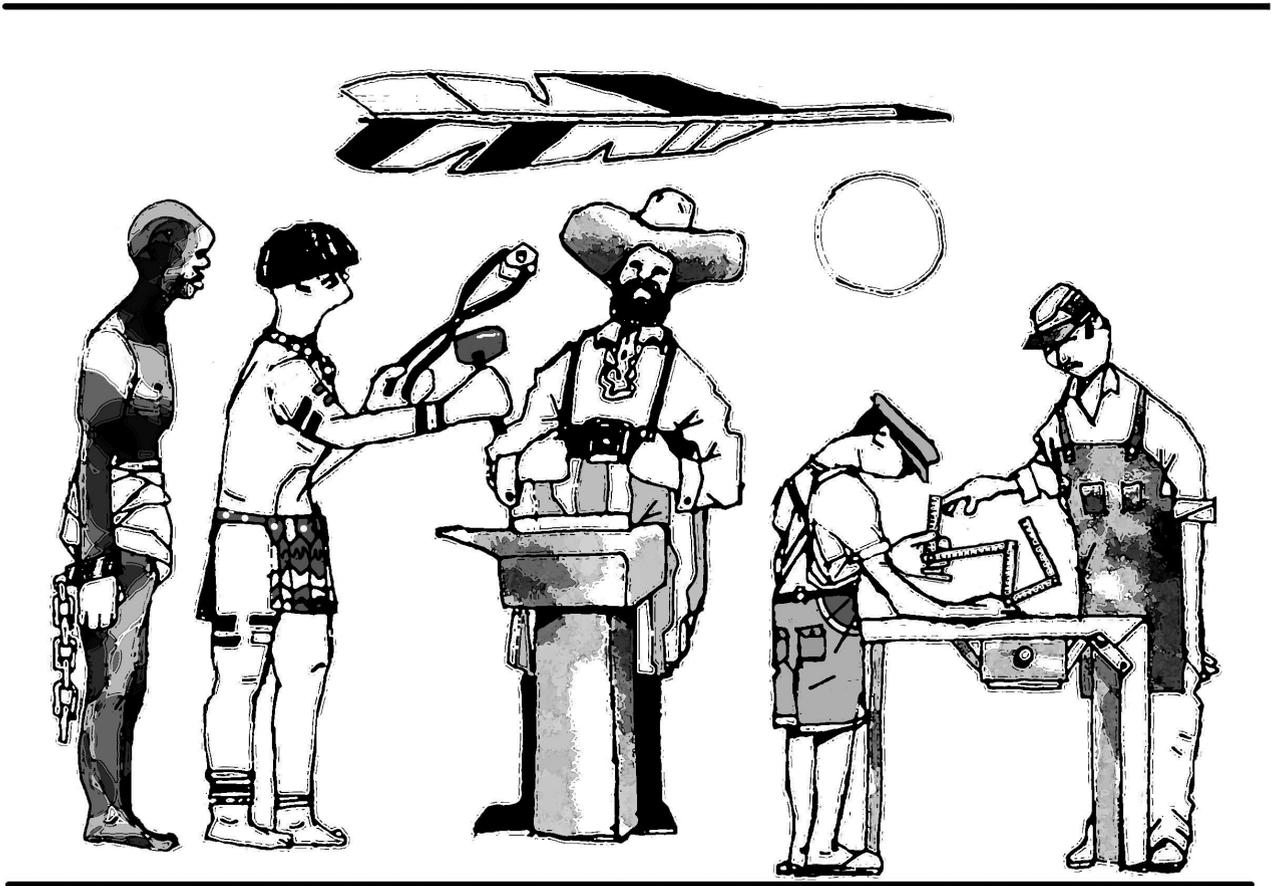
Keywords: *Work. Economy. Society.*

RESUMEN

Ironaldo Leite. Sobre el fin y la afirmación de la categoría Trabajo: una retrospectiva de los debates y un ensayo bibliográfico.

Este artículo tiene como objetivo desarrollar un análisis retrospectivo de los debates sobre el fin del trabajo. En ese sentido, metodológicamente, se hace una revisión bibliográfica de la producción sobre el tema en lengua portuguesa, española, francesa e inglesa. En forma de resultados, son sumariadas las razones que fundamentan las dos tesis. Por un lado, los defensores de la tesis del fin del trabajo, apuntan, por ejemplo, el colapso de la teoría del valor; por otro, sus oponentes defienden la centralidad de la teoría del valor en la sociedad contemporánea. Conclusivamente se argumenta que la tesis del fin el trabajo es revestida de un componente ideológico.

Palabras clave: *Trabajo. Economía. Sociedad.*



Albedo